

V Congreso Latinoamericano de Investigación Turística

Reflexões sobre a importância da investigação histórica para o ecoturismo e o turismo de base comunitária.

Luciana Conceição de Almeida Martins

< Universidade Federal da Bahia >

Isabelle Pedreira Déjardin

< Universidade Federal da Bahia >

Francisca de Paula Santos da Silva

< Universidade do Estado da Bahia >

RESUMO

O objetivo deste texto é salientar a importância da investigação histórica para o ecoturismo e o turismo de base comunitária, considerando seus aspectos sociais, culturais, ambientais, históricos, tecnológicos e econômicos, por meio de contextos que revelem processos dialógicos e dialéticos de construção do conhecimento. Nesse sentido, ressalta-se que os estudos sobre a investigação histórica com foco no ecoturismo e no turismo de base comunitária são inovadores, interdisciplinares e, portanto, incipientes. Para tanto, revelam-se elementos que se constituem em fundamentação teórico-metodológica dos referenciais aqui utilizados, incluindo uma análise contextualizada de projeto de extensão da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) com foco no turismo de base comunitária, desenvolvido na localidade do Cabula e entorno, em Salvador, Bahia. Considerações finais apontam potencialidades na pesquisa histórica refletida em estreita associação aos elementos constitutivos das próprias práticas dos sujeitos e dos temas abordados.

PALAVRAS-CHAVE

Pesquisa Histórica. Ecoturismo. Turismo de Base Comunitária.

INTRODUÇÃO

Este texto apresenta fundamentos baseados nas experiências de estudos destas autoras, que a partir da confluência de interesses entre as áreas de conhecimento da história, meio ambiente e turismo, reflete a associação entre o Doutorado Multiinstitucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento pela Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (DMMDC/FACED-UFBA), ao projeto de turismo de base comunitária (TBC) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Configura-se, assim, como uma proposta de estudo interdisciplinar, multiinstitucional e de cunho praxiológico, no momento em que as reflexões aqui empreendidas partem do diálogo entre a pesquisa bibliográfica e a experiência empírica em participar do projeto de construção do TBC da localidade do Cabula e entorno, em Salvador, Bahia.

Nesse sentido, o texto tem relação com o eixo sobre pesquisa em turismo, e se desenvolve com foco no objetivo de salientar-se a importância da investigação histórica para o ecoturismo e o TBC, considerando seus aspectos sociais, culturais, ambientais, históricos, tecnológicos e econômicos, por meio de contextos que revelam processos dialógicos e dialéticos de construção do conhecimento.

A abordagem metodológica aqui adotada é da pesquisa participante de caráter praxiológico, com ações de análise documental e na pesquisa bibliográfica de produções acadêmicas e das políticas públicas, bem como na observação participante dos encontros presenciais promovidos com as lideranças das comunidades envolvidas. A praxiologia pressupõe a construção de diálogo entre estudos, comunidades, teorias e práticas (Gasparski & Airaksinen, 2008), modelo que aproxima teoria e prática, pesquisa e extensão. Os conhecimentos construídos partem de uma abordagem interdisciplinar, valendo-se do turismo enquanto aglutinador de variadas áreas do conhecimento.

Nessa perspectiva, o tópico inicial faz uma reflexão sobre a atividade de investigação histórica, com destaque para a utilização do método de pensar histórico, sua aplicabilidade e relevância social – questão-problema que é uma preocupação atual e recorrente no âmbito acadêmico. Segue no segundo tópico com a compreensão conceitual e metodológica do ecoturismo, que prescinde do arcabouço da investigação histórica para dinamizar suas atividades, uma vez que a participação colaborativa e cooperativa da comunidade – que são os autores e atores históricos, torna-se um fator essencial nas atividades do ecoturismo. No contexto estudado, o ecoturismo se apresenta como

alternativa para a localidade, a partir de um modelo de organização alicerçado no TBC, discutido no terceiro tópico, tendo em vista que este intensifica o fortalecimento da história local e das práxis de sustentabilidade comunitária, nas quais o principal atrativo é o modo de vida da comunidade local, indispensável à conscientização dos aspectos históricos.

A partir desse quadro, ressalta-se que os estudos sobre a investigação histórica associada ao ecoturismo e ao TBC são inovadores, interdisciplinares e, portanto, incipientes; logo, deve-se levar em consideração a dinâmica desta atividade e seus impactos nos âmbitos social, ambiental e cultural. Dentre as diversas modalidades existentes, fez-se a escolha pelo ecoturismo, por se tratar de uma vertente complexa, tendo em vista a disputa entre áreas verdes e a especulação imobiliária crescente na localidade escolhida para o projeto de extensão.

No tópico final do artigo, faz-se uma apresentação contextualizada da experiência de construção do TBC realizado na localidade do Cabula e entorno, em Salvador, Bahia. Este projeto, ao articular pesquisa e extensão, apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) e pela UNEB, vem oportunizando relevantes estudos interdisciplinares e estreitando as relações entre as comunidades acadêmica e local.

A INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA E SUA APLICAÇÃO

A verdade histórica existe na medida em que a história não é uma fantasia, ela é feita a partir de fatos e processos sociais. Mas ao mesmo tempo tudo isso é objeto de uma interpretação do historiador. A história não apresenta uma verdade absoluta (Boris Fausto).

Como sugere a epígrafe, é por meio da atividade interpretativa do historiador sobre as fontes disponíveis e possíveis que se constrói um conhecimento histórico; nesse sentido, o ato de pesquisar como função imprescindível ao historiador requer método e habilidades básicas, tais como: perspicácia, atenção, leitura nas entrelinhas, comparação entre as fontes, dentre outras. Em todo ato de pesquisar a história há uma intencionalidade em produzir conhecimentos, ao tempo em que pensar na produção de conhecimentos históricos nesse contexto contemporâneo de

avanços tecnológicos acelerados é perceber a emergência na busca pela sua difusão, de maneira comprometida e associada a um projeto social abrangente, como no caso deste estudo, que visa refletir sobre a contribuição dos estudos históricos para o ecoturismo e o TBC.

Salientando que a produção histórica é fruto da problematização existente na relação dialógica e dialética entre o historiador, seu contexto de existência e suas fontes. Assim, defende-se que a história não é só o estudo do passado, mas das possíveis relações entre passado e presente, nos seus devidos contextos de épocas, representando “um conjunto de prática, resultado e relatório, coerente a partir da atitude do historiador e sua observação do passado” (Matta, 2006, p. 51).

No que se refere à observação do passado, não se podem negar as experiências vivenciadas pelos sujeitos que atuam coletivamente para a construção da história. Nesse sentido, Antônio Gramsci (1978) afirma que todo ato histórico deve ser realizado pelo homem coletivo na busca de uma concepção de mundo, pois implica em trajetórias de lutas construídas por meio de contradições do contexto de vivência cotidiana.

Pensar a história dessa forma é considerar sua complexidade e intencionalidade, que abrem para o pesquisador um vasto campo de possibilidades de investigação e um compromisso com a aplicação da produção histórica no âmbito social. Salientando que os conteúdos históricos não podem ser encarados como verdades absolutas – como propõe a abordagem historiográfica positivista –, e que não há imparcialidade de quem escreve a história nem das fontes históricas; há influências ideológicas e políticas dos que escrevem, logo, defende-se que na história não há fatos puros. Os fatos são selecionados de acordo com as teorias historiográficas sustentadas pelos historiadores (Carretero, 1997).

Portanto, ao encaminhar-se para o campo de atuação, o pesquisador irá se deparar com o “desconhecido e inesperado; por isso o instrumental com que vai trabalhar ajuda-o muito mais a perguntar do que a responder” (Vieira, 2007, p. 9). Não obstante, a utilização do método para a atividade de pesquisa histórica é importante, já que orienta o pesquisador em todo processo de produção do conhecimento, desde a elaboração do problema e questões iniciais, até a aplicação destes conhecimentos no contexto social; assim sendo, o método almejado para este estudo é o pensar histórico.

O modo de pensar histórico é um conceito trabalhado pelo teórico canadense Robert Martineau, tendo sido socializado no Brasil pelo historiador e educador Alfredo Matta, que concebe a história como uma representação mental, construída e escrita a partir de uma atividade intelectual, logo, as representações que são feitas do passado, são fruto do trabalho do historiador (Matta, 2001); sendo assim, para a efetivação da investigação histórica, é sugerido o seguinte método ou passos: a] elaboração de hipóteses a partir de questões problemáticas; b] atividade de pesquisa e crítica de informações; c] interpretar e adequar as informações; d] construir conclusões ou chegar a uma síntese interpretativa.

Estes procedimentos apresentados por Martineau (como citado por Matta, 2001) são intrínsecos ao método de investigação materialista dialético que, inicialmente, representa a visão de totalidade do fenômeno sem o conhecimento detalhado das partes. Tem-se, nesse momento, a visão do todo em uma representação caótica (Martins, 2008). Nessa compreensão, o problema estabelece uma relação dialética com o tema, já que definir um tema é pensar o objeto de estudo e não apenas escolher o assunto.

O ponto de partida da pesquisa – que é a construção do objeto – reflete a postura teórica e também a vivência do pesquisador. Em geral, a investigação é fruto de inquietações acadêmicas e questões colocadas pela própria experiência de vida. Com isso, formulam-se hipóteses a partir de questões problemáticas que posteriormente serão validadas ou não: estas evidenciam os conhecimentos prévios do pesquisador.

É esse diálogo entre investigador, suas questões, concepções e conhecimentos estabelecidos, que representa o “todo caótico” e orientará o processo de investigação histórica. Após o contato inicial com o “todo caótico”, é necessário pensar as partes separadamente ou, como diz Martins (2008), abstrair as partes da totalidade para compreendê-la posteriormente em sua abrangência. É importante para que se conheçam seus detalhes constitutivos, podendo ser relacionados ao processo de pesquisas históricas a fontes secundárias e primárias e investigações detalhadas, estabelecendo concepções críticas quanto ao problema em estudo: “Quer dizer, o historiador não devia aceitar os documentos históricos de maneira acrítica e sim verificar constantemente as suas posições, investigando a autenticidade de suas fontes e a plausibilidade de suas interpretações” (Carretero, 1997, p. 41).

É o momento em que a adequação das fontes ao estudo proposto e a interpretação do historiador poderá desvelar nuances sobre a experiência humana ou novos questionamentos. Os conhecimentos construídos a partir do trabalho de raciocínio e elaboração de hipóteses, investigações a fontes históricas, reflexões e diálogos do sujeito no processo de aprendizagem e todas as relações interativas que emergem do pensar histórico, devem ser realçadas em uma síntese interpretativa, que é o próximo momento a ser percorrido, para se adquirir um conhecimento mais abrangente e ao mesmo tempo mais profundo, que orienta o pesquisador a construir suas considerações sobre o problema investigado.

O aprendizado construído pelo pesquisador deverá perpassar o espaço acadêmico, na medida em que este interfere e atua em seu meio; por isso, neste trabalho, a investigação histórica apresenta uma clara intencionalidade de aplicabilidade, que é contribuir para a construção e efetividade do ecoturismo e do TBC no contexto urbano. Tendo em vista o objetivo citado, faz-se necessária uma compreensão mais apurada sobre o ecoturismo e o TBC, salientando suas definições conceituais e principais características nesse contexto.

CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS E TEÓRICO-METODOLÓGICAS SOBRE ECOTURISMO

O ecoturismo é definido como uma atividade econômica de baixo impacto ambiental, que contribui para a proteção da biodiversidade e das comunidades receptoras, sendo considerado pela TIES (The International Ecotourism Society) como um turismo praticado em áreas pouco modificadas pelo ser humano, devendo conservar o meio ambiente e oferecer apoio ao bem-estar das populações locais (Furlan, 2003, p. 53; Rodrigues, 2003, p. 31).

Para Lindberg e Hawkins (2003, p. 18), ecoturismo “é satisfazer o desejo que temos de estar em contato com a natureza, é explorar potencial turístico visando à conservação e desenvolvimento, é evitar o impacto negativo sobre a ecologia, a cultura e a estética”. Nesse contexto, torna-se relevante ressaltar a crítica elaborada por Neiman (2002, p. 178), para quem de nada adianta fazer ecoturismo quando não há estudos de capacidade de suporte, ou infraestrutura adequada e não impactante, ou ainda normas que regulamentem e excluam empresas especializadas, demonstrando a importância do planejamento das atividades ecoturísticas desde o início do processo.

De acordo com Fennell (2002, p. 42), as origens do ecoturismo remontam à década de 1960, em meio à efervescência dos movimentos ambientalistas e de contestação de valores da sociedade. Ao longo das décadas de 1960 e 1970, de acordo com Carbone e Yunis (2005), a importância atribuída aos patrimônios naturais e culturais da humanidade por organizações internacionais – como UNESCO e governos locais, tornaria fundamental a presença de uma valorização social permanente, incluindo os princípios que norteariam a responsabilidade socioambiental em diferentes atividades econômicas, sobretudo aquelas relacionadas ao turismo.

Tal aspecto provocou o surgimento de indicadores do turismo, que servem para medir a capacidade de carga suportada pelas atividades turísticas. Segundo a Organização Mundial do Turismo [OMT], dentre esses indicadores, que medem e analisam dados quantitativos e qualitativos das atividades turísticas praticadas, dois têm relações diretas com o ecoturismo, a saber: a capacidade de impacto ecológico, baseada em fatores físicos e biológicos, para avaliar distúrbios sobre espécies da flora e fauna; e a capacidade de carga sociocultural, ou seja, a medida dos impactos do turismo sobre as comunidades locais (OMT, 2002 como citado por Carbone & Yunis, 2005, p. 75). Assim, durante alguns anos da década de 1990, essa temática iria se tornar alvo de críticas, emergidas em meio a debates acadêmicos internacionais, especialmente relacionadas a princípios que norteariam a medida real desses impactos, como relatam Carbone e Yunis (2005, pp. 75-76).

Essa constatação decorreu do crescente debate sobre o que seria sustentável do ponto de vista dos fatores econômicos, ecológicos e sociais, considerando-se o desenvolvimento e crescimento das economias capitalistas, e isso desde os anos 1980. E foi justamente em 1987, com a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (CMMAD), que surgiu o termo desenvolvimento sustentável, tendo sido elaborado o documento denominado “Nosso Futuro Comum”, chamado Relatório Brundtland, no qual governos se comprometeriam a promover o desenvolvimento econômico e social, em conformidade à preservação ambiental (Bruseke, 2003, pp. 31-32).

Dessa forma, a multifuncionalidade do desenvolvimento sustentável passa a ser respaldada pelo apoio do Estado, através de suas políticas públicas, corrigindo-se distorções do modelo econômico do desenvolvimento, lembrando que, em 1992, na Conferência da Terra (Rio 92), foram aprovados alguns acordos que compuseram a Agenda 21, surgindo, com isso, os princípios da sustentabilidade

(Bruseke, 2003, pp. 31-32; Furlan, 2003, pp. 54-55). Esses princípios envolvem as dimensões: territorial, política, econômica, institucional, social, cultural, jurídica e ecológica, conforme Rodrigues (2003, p. 44).

Por conseguinte, esse cenário mundial acabaria impulsionando, nos anos 1990, as discussões acadêmico-científicas em torno do ecoturismo, bem como as imprecisões teórico-metodológicas geradas como fruto das divergentes informações divulgadas por instituições, governos, empresas, Organizações Não-Governamentais (ONGs) e agências de desenvolvimento. Segundo Fennell (2002), o que se pretendia com o ecoturismo era uma alternativa social e ecológica para o turismo de massa – e todos os problemas dele decorrentes –, na perspectiva de se garantir que as políticas públicas não se concentrassem, exclusivamente, nas necessidades econômicas, mas no interesse por um ambiente conservado, proporcionando benefícios para o bem-estar das comunidades receptoras.

Contudo, isso não implicava, necessariamente, o compartilhamento de objetivos por parte dos diferentes envolvidos nas atividades, gerando conflitos de interesse e propostas descoordenadas entre setor público, empresariado, sociedade civil e comunidades locais. Assim, concorda-se com Coriolano (2002, como citado por Neiman & Rabinovich, 2008, p. 2), quando afirma que “muitos dos erros cometidos no modelo econômico vivido na sociedade – lucro, ganância, degradação – são repetidos no turismo, diminuindo sua credibilidade”.

Para Breton (2001, pp.15-16), a controvérsia existente em torno dos conceitos do ecoturismo deriva muito mais da visão dialética de seus sujeitos, das determinações a respeito de seu próprio objeto, bem como de seu campo teórico, e isso por causa das relações que ele postula com o turismo e o meio ambiente. Portanto, em pleno séc. XXI, uma investigação histórica desses processos torna-se premente, suscitando, com isso, o contexto e as relações sociais nos quais se situam. Para tanto, é cabível reconhecer o ecoturismo nos interstícios do momento histórico da sociedade contemporânea. Assim, o contexto histórico dos sujeitos analisados na investigação ecoturística é parte fundamental da compreensão das condições dialéticas que produziram os problemas ecológicos tão fortemente discutidos na contemporaneidade, criando condições sociais de transformação educativa.

Ecoturismo quando visto como ação estratégica e educativa atua como embrião da transformação dos sistemas produtivos, podendo se constituir numa ação crítica do mundo [...] ação estratégica e

educativa se combinam para formação do sujeito ecológico, aquele cuja utopia transformadora do mundo possa mudar sociedades inteiras em sua trajetória histórica (Furlan, 2003, p. 53).

Para WWF (2003, p. 28), a educação ambiental e a sensibilização dos visitantes envolvidos com ecoturismo também fazem parte das ações para que atividades de turismo sejam efetivadas, e isso por serem fundamentais para processos de mudança de comportamento, devendo buscar o “resgate do papel do ser humano em relação à natureza, seus vínculos, à população com a cultura e ao meio em que se insere”. Na perspectiva da educação ambiental, o resgate intentado pode perpassar as experiências imagéticas, sensoriais, emocionais, físicas, educacionais, do sujeito que vivencia a experiência com a natureza e o meio ambiente. Dessa forma

A percepção da paisagem é derivada de fatores educacionais e culturais e de fatores emotivos, afetivos e sensitivos, sendo estes últimos oriundos das relações que o observador mantém com o ambiente. A interpretação da paisagem está sob controle direto da maneira como cada um enxerga o mundo a partir de sua história pessoal, experiências prévias e expectativas, mas a experiência vivida pode ajudar a construir um novo conhecimento (Ferreira & Coutinho, 2000 como citado por Neiman & Rabinovich, 2008, p.97).

Com isso, no sentido de uma abordagem interdisciplinar para compreensão dos espaços nos quais se situam os sujeitos envolvidos, pode-se direcionar a discussão do local do ecoturismo por meio de um processo histórico de transformação da natureza e dos processos de produção. Portanto, a compreensão do ecoturismo surge a partir de uma contextualização social e histórica dos sujeitos envolvidos, bem como o olhar destes sobre as relações com o meio ambiente em que vivem.

Para que as comunidades possam gerir o ecoturismo de forma colaborativa, responsável, participativa e cooperativa, é relevante que estas tenham consciência de seus processos históricos e que, para tal, a pesquisa histórica seja feita por meio da história oral, documental ou patrimonial – essencial para que a construção epistemológica do conhecimento sociocomunitário aqui suscitado seja viável, envolvendo valores comunitários e de sustentabilidade no ecoturismo, no TBC e em atividades relacionadas, desbravando as incipientes pesquisas nessa área.

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: DELIMITAÇÕES CONCEITUAIS E VALORES COMUNITÁRIOS

A atividade turística teve incremento no final do século XIX por meio da criação de empreendimentos, infraestrutura, serviços e produtos, tendo seu apogeu no século XX – enquanto vetor econômico em áreas urbanas, predominantemente. Porém, algumas iniciativas alternativas foram surgindo, também nos espaços rurais, baseadas nas tendências mundiais para o turismo, que conforme Bernier (2005, como citado por Vignatti, 2008), incluem a proteção ao meio ambiente; valorização das tradições e identidade cultural dos povos; a cultura da paz e da solidariedade; expansão do associativismo e cooperativismo; convivência, adaptação e respeito aos valores culturais; ascensão das modalidades de turismo étnico-social, sustentável e solidário; dentre outras. Nesse contexto global, emerge o TBC.

Na América Latina, em meados da década de 1980, surge o Turismo Rural Comunitário (TRC), incentivado por órgãos como o Banco Internacional de Desenvolvimento (BID) para atender à demanda internacional de turistas em busca de experiências pessoais originais, significativas e enriquecedoras. Baseando-se nessas perspectivas, o Ministério do Turismo (MTur do Brasil, 2010) desenvolveu o Projeto Economia da Experiência, com a finalidade de dar suporte a micro e pequenos empreendimentos turísticos para investimento e inovação dos atrativos, adaptando-se à demanda real e latente.

Em se tratando do TBC no Brasil, concordando com Mendonça e Irving (2009, p.108), “trazia em sua expressão um sentido marginal, periférico e até mesmo romântico, diante das perspectivas de um mercado globalizado e ávido por estatísticas e receitas.” Com o despertar do potencial para o TBC, alguns conceitos e definições foram surgindo, a exemplo de Nascimento e Carvalho (2008, pp. 6-7), que afirmam ser “aquele que é determinado e controlado pelas populações locais e que grande parte de seus benefícios permaneçam na região”, ressaltando que “[...] não é possível deixar de considerar fatores como qualidade de vida, socialização do poder, distribuição da renda e democratização de acesso aos serviços públicos, aos bens culturais e aos benefícios da tecnologia”.

Para a OMT (OMT, citado por Ribeiro, 2009, p. 111), o turismo comunitário é sinônimo de turismo local ou turismo sustentável, apoiado em projetos existentes que fortalecem a identidade local e geram

renda para as comunidades. No ponto de vista de Smith (1977, como citado por Barreto & Rejowski, 2009), o turismo étnico se assemelha ao TBC, afirmando que se trata de uma atividade, na qual os turistas buscam conhecer como vivem os nativos de um lugar. E na visão de Maldonado (2009).

Por turismo comunitário entende-se toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos (p. 31).

Entende-se o TBC como uma forma de planejamento, organização, gestão e controle participativo, colaborativo, cooperativo e solidário da atividade turística. Concordando com Maldonado (2009), a natureza da comunidade traz em si princípios, valores, normas e instituições com forma própria de organização e convivência, onde se busca assegurar o bem-estar comum e garantir a sobrevivência de seus membros, preservando sua própria identidade cultural.

Assim, Boisier (2001, como citado por Nascimento & Carvalho, 2008) afirma que para o desenvolvimento do turismo com base na comunidade, tornam-se fundamentais alguns marcos, tais como: o valórico, baseado na democracia, na justiça, na ética e na solidariedade, entendendo que o ser humano, como indivíduo e como sujeito coletivo vive em sociedade e tem, antes de tudo, um compromisso com seus semelhantes; material ou instrumental, mediante aproveitamento dos recursos materiais, da distribuição equitativa dos bens gerados com dignidade, uso de tecnologias de baixo impacto e dos saberes tradicionais; sinérgico e assunção, ao estabelecerem pactos coletivos e vínculos entre sujeitos locais por meio de uma rede de relações alicerçadas na cooperação, solidariedade e ajuda mútua; e endógeno, valorizando o capital cognitivo cultural, simbólico, priorizando a memória coletiva, o patrimônio.

A partir dessas concepções, o processo de organização do TBC consiste:

- a) na identificação, pelas comunidades, do potencial cultural, ambiental, social, tecnológico, político e econômico dos contextos onde habitam;
- b) no desejo de perpetuação das heranças e legados dos seus antepassados como hospitalidade, crenças, valores, saberes, sabores e fazeres;

- c] na valorização de suas práticas;
- d] na ampliação de suas rendas por meio de produção associada;
- e] na participação popular por meio de comitês, câmaras, comissões, associações, centros comunitários, fóruns, conselhos, cooperativas, sindicatos, entidades de classe, ONGs, fundações, institutos e outras, em plenárias, conferências, audiências públicas, reuniões sobre temas correlatos às necessidades das comunidades, tais como saúde, educação, saneamento, transporte, por exemplo, e à atividade turística como infraestrutura, serviços, legislação, orçamentos; e
- f] na busca de melhoria de condições de vida.

Diante do exposto, o TBC tem na base de sustentação de iniciativas os aspectos ambientais, sociais, históricos, culturais e tecnológicos, cujo aspecto principal é o modo de vida da população local, abrangendo a religião, etnia, gastronomia, danças, artes manuais, musicais, visuais e cênicas, manifestações folclóricas, dentre outras práticas cívicas e políticas. Trata-se, então, de uma alternativa de renda complementar para as atividades tradicionais já praticadas por atores sociais. A exemplo da comunidade da Prainha do Canto Verde, em Beberibe, Ceará, que desenvolve atividades autênticas de preservação do patrimônio natural, cultural e das tradições, por meio de organização comunitária e co-gestão, promovendo o desenvolvimento local (Barradas, 2011; Mendonça & Irving, 2009). A partir dessa contextualização, vislumbram-se as contribuições do TBC em espaços urbanos, citando as ações desenvolvidas na localidade do Cabula, em Salvador, Bahia, e o lugar de destaque de seu potencial sócio-histórico, cultural e ambiental.

UMA ANÁLISE DE CONTEXTO POTENCIAL PARA O ECOTURISMO E O TBC: UMA PERSPECTIVA DE PESQUISA SÓCIO-HISTÓRICA

Neste tópico, pretende-se apresentar a autêntica experiência da articulação entre a investigação histórica, o ecoturismo e o TBC; para tal, contextualiza-se a problemática, com destaque, a priori, para a situação sócio-histórica da cidade do Salvador e do desenvolvimento do turismo. Salvador, capital do Estado da Bahia, é a terceira maior cidade do Brasil em população, caracterizada por maioria pobre e afrodescendente que, historicamente, foi colocada à margem do processo de crescimento local, de desenvolvimento urbano e do turismo. Os problemas socioeconômicos como

desemprego, deficiência de serviços básicos, precarização do trabalho e outros, são comuns à maioria da população das cerca de 220 localidades da metrópole.

No caso do turismo, considerado como uma das principais atividades econômicas da metrópole, que subsiste pelas suas belezas naturais e pelo seu patrimônio cultural material e imaterial, de forte influência africana, é aquele explorado pelos conglomerados empresariais, predominantemente internacionais, que alijam o protagonismo popular. Diante disso, observa-se a mercantilização do patrimônio urbano imaterial como o carnaval, considerado o maior evento do mundo de participação popular; e do patrimônio urbano material, como o Centro Histórico, Patrimônio da Humanidade, apenas para citar alguns. Em ambos os casos, há segregação social, demarcação de território, e no caso do último, houve expulsão de moradores das áreas incorporadas ao processo turístico.

Esse processo é evidenciado nas localidades situadas na área litorânea de Salvador, onde se encontra uma oferta de serviços e de infraestrutura diferenciada de outras localidades. Em se tratando dos bairros localizados no miolo da cidade, o turismo que vem sendo praticado ainda é feito de forma pontual e desarticulado no âmbito das comunidades, reduzindo-se quase que exclusivamente à promoção de visitas a projetos sociais e Terreiros de Candomblé, gerando pouca renda e postos de trabalho, como é o caso da área delimitada no projeto aqui contemplado.

A partir dessa problemática, a UNEB, inserida no bairro popular do Cabula, tem no seu entorno, uma demanda crescente por projetos de pesquisa e extensão, bem como de ensino para populações carentes que contribuam para evidenciar a conscientização histórico-social. Assim, consoante à tendência mundial para o TBC, esta proposta de trabalho pretende aproveitar o potencial turístico existente nessas comunidades de forma sustentável e solidária, a partir da incubação de uma operadora de receptivos populares especializada em roteiros turísticos urbanos alternativos, responsáveis, sustentáveis e solidários [RTUARSS].

Em final de 2010, a FAPESB aprovou o Projeto de Turismo de Base Comunitária no Cabula e Entorno, por meio do edital 021/2010, que articula pesquisa e extensão. O escopo principal desse projeto é sensibilizar e mobilizar as comunidades do antigo Quilombo Cabula para se organizarem – colaborativa e cooperativamente – para autogestão do TBC. Na atualidade, em 2012, a área que pertencia aos índios e às comunidades quilombolas foi fragmentada em treze localidades com

características sociais, culturais, políticas e econômicas semelhantes. Com isso, na vertente do TBC com foco no turismo ecológico e ecoturismo, conforme a classificação do Ministério do Turismo do Brasil [MTur] (2010), as ações propostas no projeto poderão tornar-se um efetivo instrumento de contribuição para a renovação urbana de Salvador.

Portanto, a partir da identificação preliminar de alguns atrativos e potenciais como Parques e remanescentes de Mata Atlântica, com seus aquíferos; da existência de projetos sociais e culturais de música, artesanato, teatro e dança; de Terreiros de Candomblé abertos à visitação, e da existência de uma história de resistência de comunidades quilombolas – que não é ensinada nas escolas de ensino básico e quase sempre passa ao largo das notícias e das publicações de turismo –, propõe-se que a implantação do TBC na Região do Cabula e entorno, possa dar-se em sintonia com o segmento do tipo ecológico e ecoturismo.

Dentre as 13 localidades mapeadas, fez-se opção em se mencionar neste texto o potencial da localidade da Mata Escura, por reunir atrativos culturais e ambientais com potencialidades para o ecoturismo e o TBC. Assim, iniciou-se a pesquisa a fontes primárias em arquivos e em produções das comunidades, como jornais e outros; em paralelo, fez-se a divulgação do projeto em rádios comunitárias, internet, reuniões nas comunidades e na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da universidade (ITCP-UNEB). Com isso, realizou-se a seleção de lideranças nas comunidades ainda não cooptadas por políticos, que têm por prática oferecer serviços básicos, como saúde, por exemplo, que deveriam ser de responsabilidade do Estado. A partir da seleção de pesquisadores locais e articuladores comunitários, adentrou-se nas comunidades, sempre guiados por moradores da localidade. E com eles, foram realizadas as rodas de conversa, oficinas de mapeamento turístico e elaboração de roteiros turísticos integrados. Assim sendo, foram identificados e mapeados atrativos naturais, culturais e sociais.

No que se refere aos atrativos culturais, a história dessas localidades tem revelado um leque de possibilidades para que a própria comunidade, na busca por sua identidade e conscientização, e o turista, mergulhem em contextos que remetem ao período da Bahia colonial, imperial e republicana. São localidades que representaram comunidades quilombolas, palco de resistência e atuação de negros politizados e marginalizados por uma estrutura de poder senhorial e opressora.

Conforme explicitado, o Cabula e seu entorno foi palco de resistência, principalmente africana, mas também abrigou duas aldeias tupinambás, e teve papel fundamental na preservação das culturas e tradições angolanas, o que certamente confere à localidade uma considerável relevância no processo de construção histórica de Salvador e até mesmo do Brasil, tendo em vista o destaque da cidade do Salvador para o país no período colonial. Além disso, outras ocupações históricas posteriores ao período colonial fizeram da localidade um palco das relações sociais dialéticas, pautadas nas tensões e lutas entre classes, expressas com a presença de comunidades tradicionais de terreiros de Candomblé, a exemplo do “Bate Folha”, de nação Angola, que foi reconhecido em 2003 como Patrimônio da Cultura Afro-brasileira pelo Ministério da Cultura; presença de currais, fazendas frutíferas que abasteciam a estrutura de mercado da cidade, bem como da participação em batalhas, dentre outras.

Sobre os atrativos ecológicos das localidades aqui citadas, considera-se que o ecoturismo venha a ser praticado, uma vez que há ainda espaços verdes que restam, porém significativos, tais como: a Reserva Ecológica do 19º Batalhão de Caçadores (19º BC), que agrega um trecho da Bacia do rio Cascão, inclusive a sua nascente, sendo uma área protegida pelo Exército brasileiro; também o Parque Teodoro Sampaio, que se situa na Mata Escura, no qual foi construída a represa da Mata Escura, em 1880, tendo sido a principal fonte de abastecimento da cidade do Salvador, até 1987, quando foi desativada, devido ao alto índice de poluição.

Na atualidade, o Parque tem concepções de espaço de preservação ambiental, cultural, afrodescendente, de memória da água, sociabilidade, lazer, dentre outras. Em seu entorno, vivem comunidades carentes – porém resistentes –, capazes de dar uma dinâmica por meio do associativismo, como a Associação das Comunidades Paroquiais de Mata Escura e Calabetão (ACOMPAMEC), na qual funciona o Teatro Artesão da Paz, escolas reconhecidas internacionalmente, como o Colégio Estadual Márcia Meccia, e outras ações comunitárias. No caso do aproveitamento do Parque Teodoro Sampaio e de outras áreas naturais para fins turísticos e ecoturísticos, alguns esforços se fazem necessários para auxiliar as comunidades locais a participarem de projetos de conservação, sejam compartilhando benefícios como os advindos da exploração turística praticada, sejam compartilhando pequenos projetos de desenvolvimento sustentável propostos em contrapartida às medidas de conservação, ou ainda, por uma variedade de estímulos positivos e negativos (Weber, 2000, p. 80 como citado por Déjardin, 2008). Dessa forma, criar condições de

melhorias de vida e bem-estar a essas comunidades tornariam palpáveis programas de conservação, segundo Déjardin (2008).

Por outro lado, embora a história social e cultural da localidade do Cabula e entorno represente potencialmente um atrativo turístico, essa história ainda é pouco conhecida e difundida. Contudo, acredita-se que esse contexto poderá ser revertido com a construção do TBC que, além de dinamizar a investigação histórica com a preservação da memória, contribui para destacar os atrativos ambientais. Assim sendo, diante da contextualização trabalhada neste tópico, salienta-se que os aspectos sócio-históricos, culturais e ambientais poderão ser aproveitados como atividades ecoturísticas a partir do TBC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finaliza-se esta pesquisa salientando que a confluência de estudos entre estas pesquisadoras resultou em novas reflexões sobre a aplicabilidade da investigação histórica para diferentes propostas teórico-metodológicas, desvelando a construção do conhecimento por meio de contextos interdisciplinares que ressaltam processos dialógicos e dialéticos para sua compreensão. Elaborou-se, com isso, um mapa interpretativo de cunho bibliográfico sobre o ecoturismo e o TBC, em seus aspectos culturais, históricos, sociais, ambientais, tecnológicos e econômicos, revelando, em alguns casos, significados históricos e sociais relacionados ao modo de vida das comunidades.

Dessa forma, a importância da investigação histórica vem se manifestar nas próprias práticas de pesquisa, envolvendo contextos, sujeitos, relações e ações mais sustentáveis no meio urbano. Para tanto, foram citadas as atividades construídas e desenvolvidas cooperativa e colaborativamente pelo Projeto Turismo de Base Comunitária com as comunidades do Cabula e entorno, proposta aqui enriquecida com as contribuições da investigação histórica.

Procurou-se ressaltar que sem a troca de responsabilidades compartilhadas entre sujeitos para com a natureza, esta última ainda que fragmentada em áreas urbanas, o bairro se descaracteriza enquanto território, perdendo-se em meio ao caos urbano tão criticado por muitos na contemporaneidade, estando alijadas todas as gerações atuais e futuras do bem comum advindo da natureza – aqui

não entendida no sentido de intocada ou imaculada, mas como patrimônio natural, cultural, social, imaterial e simbólico dessas comunidades. A partir disso, essa natureza deve ser zelada, cuidada e respeitada por aqueles com os quais se relaciona.

De fato, muitas vezes valores relacionados ao meio ambiente inexistem diante da emergência de atendimento de necessidades econômicas e de bem-estar como emprego, renda, educação, saúde, transporte e saneamento básico, caso das comunidades do Cabula e entorno. Por isso, o sentido de meio ambiente trabalhado entre estas pesquisadoras busca resgatar nos sujeitos as noções elementares de sustentabilidade, de forma integrada e como possibilidade de aporte de bem-estar e qualidade de vida para as comunidades do lugar, inclusive geração de trabalho e renda, caso do ecoturismo bem planejado e que deverá servir de base para as ações coordenadas do TBC nessa localidade.

Contribuições interdisciplinares diversas, advindas do grupo e da própria comunidade, devem ser incorporadas e socializadas para a construção e efetivação de tal proposta, tendo em vista o foco apresentado. Com tudo isso, acredita-se que as reflexões aqui empreendidas possam servir de subsídios para novas ações historicamente transformadoras.

REFERÊNCIAS

- Barradas, C. D. C. (2011). Turismo de base comunitária no espaço urbano: uma análise da potencialidade turística do Parque São Bartolomeu, em Pirajá, Salvador-Bahia. Trabalho de Conclusão de Curso não publicado, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, BA, Brasil.
- Barreto, M., & Rejowski, M. (2009). Considerações epistemológicas sobre segmentação: das tipologias turísticas à segmentação de mercado. In Panosso Neto, A., & Ansarah, M. G. dos R. (Ed.). Segmentação do Mercado Turístico: estudos, produtos e perspectivas. Barueri, SP: Manole.
- Breton, J. M. (Coord.). (2001). L'écotourisme: une problématique conflictuelle pour de politiques innovantes. In Breton, J. M. L'écotourisme: un nouveau défi pour la Caraïbe ? (pp.13-24). Paris: Karthala-Crejeta.
- Bruseke, F. J. (2003) O Problema do desenvolvimento sustentável. In: Cavalcanti, C. (Org.). Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. (pp. 29-40). São Paulo: Cortez.
- Carbone, G. & Yunis, E. (2005). Making Tourism more Sustainable: a Guide for Policy Makers. Paris: United Nations Environment Program (UNEP), World Tourism Organization (WTO).
- Carretero, M. (1997). Construir e ensinar as ciências sociais e a história. (B. A. Neves Trad.). Porto Alegre: Artes médicas.
- Déjardin, I. P. (2008). O papel da gestão participativa e da repartição de benefícios para o ecoturismo em áreas protegidas. Anais do Seminário Internacional de Turismo Sustentável, Fortaleza, CE, Brasil, 2. Recuperado em 17 nov., 2011, de <http://www.sits2008.org.br/oktiva.net/1893/nota/85643>
- Fennell, D. A. (2002). Ecoturismo: Uma introdução. São Paulo: Contexto.

- Furlan, S. A. (2003). Do sujeito ecológico ao consumidor da natureza. In Rodrigues, A. B. (Org.). *Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites*. (pp. 47-58). São Paulo: Contexto.
- Gasparski, W., & Airaksinen, T. (2008). *Praxiology and the philosophy of technology*. New Jersey: Transaction Publishers.
- Gramsci, A. (1978). *Concepção dialética da história* (3a. ed.). (C.N. Coutinho Trad.). Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A.
- Lindberg, K., & Hawkins, D. E. (Ed). (2003). *Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão* (4a. ed.). São Paulo: SENAC.
- Maldonado, C. (2009). O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In Bartholo, R., Sansolo, D. G., & Bursztyn, I.(Org.). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e imagem.
- Martins, M. F. (2008). *Marx, Gramsci e o conhecimento: ruptura ou continuidade?* (Coleção educação contemporânea). Campinas, SP: Autores Associados; Americana, SP: UNISAL – Centro Universitário Salesiano de São Paulo.
- Matta, A. E. R. (2001). *Procedimentos de autoria hipermídia em rede de computadores: um ambiente mediador para o ensino aprendizagem de História*. Salvador. Tese de doutorado, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil.
- Matta, A. E. R. (2006). *Tecnologias de aprendizagem em rede e ensino de história – utilizando comunidades de aprendizagem e hipercomposição*. Brasília: Líber Livro Editora.
- Mendonça, M. T., Irving, M. A. (2009). Realidades e Desafios na Construção de Projetos Turísticos de Base Comunitária. In Trevisan, S.D.P. (Org.). *Comunidades Sustentáveis a partir do turismo com base Local*. Ilhéus: Editus.
- Ministério do Turismo do Brasil (2010). *Turismo cultural: orientações básicas*. Brasília: MTUR.

- Nascimento, A. C. N. do, & Carvalho, J.C. (2008). O Turismo Comunitário como fator de desenvolvimento local: o caso da comunidade Barro vermelho – Parnaíba/PI. Anais do Seminário Internacional de Turismo Sustentável, Fortaleza, CE, Brasil, 2. Recuperado em 23 nov., 2010, de <http://www.cdvh.org.br/sispub/image-data/1893/sits/files/O%20TURISMO%20COMUNITARIO%20COMO%20FATOR%20DE%20DESENVOLVIMENTO%20LOCAL>
- Neiman, Z. (Org). (2002). Meio ambiente, educação e ecoturismo. Barueri: Manole.
- Neiman, Z., & Rabinovich, A. (2008). A Educação Ambiental através do Ecoturismo: o diferencial das atividades de contato dirigido com a natureza. *Pesquisa em Educação Ambiental*, v. 3, n. 2, pp. 77-101.
- Ribeiro, M. (2009). Turismo comunitário: relações entre anfitriões e convidados. In Panosso Neto, A., & Ansarah, M. G. dos R. (Ed.). *Segmentação do Mercado Turístico: estudos, produtos e perspectivas*. Barueri, SP: Manole.
- Rodrigues, A. B. (2003). Ecoturismo – limites do eco e da ética. In Rodrigues (Org.), A. B. *Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites*. (pp. 29-45). São Paulo: Contexto.
- Vieira, M. do P., Peixoto, M. do R. da C. & Khoury, Y. M. A. (2007). *A pesquisa em história (5a.ed)*. São Paulo: Ática.
- Vignatti, F. (2008). *Gestão de destinos turísticos*. Rio de Janeiro: SENAC.
- WWF-Brasil. (2003). *Sociedade e ecoturismo: na trilha do desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Vitae Civilis e WWF-Brasil.



FICHA BIBLIOGRÁFICA:

de Almeida-Martins, L. C. *et al.* V CLAIT. Reflexões sobre a importância da investigação histórica para o ecoturismo e o turismo de base comunitária.

El Periplo Sustentable. México:

Universidad Autónoma del Estado de México,

enero/junio 2013, núm. 24

<http://www.uaemex.mx/plin/psus/periplo24/art_clait_01.pdf>.

[ISSN: 1870-9036].